

A medicina baseada em evidência, ainda bem, é uma realidade irrevogável. Inclusive, influenciando decisões do Judiciário (ainda que não com a frequência que acreditamos correta). Na odontologia, contudo, a prática baseada em evidência ainda está alguns passos atrás. É o que revela o estudo “Uso de evidências científicas por dentistas no Brasil: espaço para melhorar a prática baseada em evidências”, analisado na última edição do [Boletim Científico](#).

De acordo com o trabalho, o primeiro no País a entrevistar profissionais da área para verificar a prática da Odontologia Baseada em Evidência (OBE), a maior parte dos entrevistados completaram a pós-graduação (77%) e têm o hábito de ler revistas científicas, artigos de pesquisa clínica e revisões de literatura (61%). Além disso, entre os que têm este hábito, 77,5% afirmam que já mudaram comportamentos ou adotaram novos procedimentos clínicos com base em pesquisas clínicas e artigos com relatos de casos.

A pesquisa também detectou que a OBE é mais comum no setor privado do que no público. Fato que se justifica, de acordo com os pesquisadores, pelo tipo de atenção odontológica fornecida no setor público (geralmente primária) e pela falta de tempo do profissional para se dedicar a constante atualização de conhecimentos em função de uma carga de trabalho mais pesada do que a dos profissionais no setor privado (argumento que se pauta no total de beneficiários de planos odontológicos frente ao de dependentes do SUS).

Independentemente se na saúde suplementar ou pública, contudo, o estudo indica que ainda há espaço para tornar a prática de OBE mais comum. O que poderia ter resultados positivos tanto do ponto de vista econômico-financeiro quanto, mais importante, assistencial.

Se você se interessa pelo assunto, não deixe de acompanhar nossa área temática “[Planos odontológicos](#)”. Lá, você pode acessar de forma rápida e prática todos os nossos estudos e análises sobre o tema.

Fonte: IESS, em 01.03.2019.